

PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ROCHA, Édna Alice Duarte da¹; MOTA, Carla Rosane da Silva²; CUNHA,
Patrícia Rodrigues Chaves da³.**

¹Universidade Federal de Pelotas/Ciências Sociais – carlarosanemota@hotmail.com; ²Universidade Federal de Pelotas/Ciências Sociais – ednaalicerocha@hotmail.com; ³Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política - patchavescunha@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o Programa *Territórios da Cidadania*, destacando sua concepção, seus objetivos e o público alvo desta política pública. Propõe-se a fazer uma relação deste Programa com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com a perspectiva de desenvolvimento sustentável. Ainda, busca-se verificar se a mesma vem sendo efetivada, especificamente, na região sul do Rio Grande do Sul. Deste modo, as áreas de estudos nas quais o trabalho se insere são: Sociologia e Ciência Política.

Para tanto, serão utilizados os teóricos Ignacy Sachs e Amartya Sen, pois ambos discutem uma proposta de desenvolvimento mais ampla, que leve em consideração a combinação dos fatores sociais e ambientais, ao invés de um desenvolvimento pautado exclusivamente no crescimento econômico e na renda *per capita*.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A metodologia empregada para realizar este trabalho corresponde, basicamente, a uma discussão teórica a cerca da relação que existe entre o Programa *Territórios da Cidadania* e a noção de desenvolvimento sustentável, tendo por base os autores Ignacy Sachs e Amartya Sen.

As informações utilizadas para a análise do programa nacional em evidência foram coletadas no sítio eletrônico do Governo Federal, mais especificamente, na página do Portal da Cidadania, a qual está indicada na bibliografia.

Já a verificação quanto a sua atuação e efetividade na região Sul do Rio Grande do Sul foi feita a partir de dados obtidos não só na sua página específica dentro do Portal da Cidadania, mas também junto a uma entidade que executa ações em parceria com o Governo Federal, o CAPA (Centro de apoio ao pequeno agricultor).

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O Programa *Territórios da Cidadania* foi lançado em 2008, no segundo mandato do Governo Lula, e compreende 120 territórios, localizados nas regiões: Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Esta política pública tem como principais *police makers* os servidores dos seguintes ministérios e secretarias: Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Casa Civil; Cidades; Ciência e Tecnologia;

Comunicações; Cultura; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Fazenda; Integração Nacional; Justiça; Meio Ambiente; Minas e Energia; Planejamento, Orçamento e Gestão; Saúde; Trabalho e Emprego; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de relações Institucionais e entidades parceiras como organizações não governamentais.

O Programa Territórios da Cidadania é uma política pública que tem como objetivo superar as desigualdades sociais e estimular a participação social, pautando-se em princípios como agroecologia, desenvolvimento local e inclusão social. Conforme sua página disponível na internet, a qual está indicada nas referências bibliográficas, o programa visa: “*promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável*”. Essa proposta, de acordo com seus princípios, insere-se na noção de desenvolvimento territorial em que, como nos auxilia Sachs:

A enorme diversidade de configurações socioeconômicas e culturais bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micro e mesorregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento. Para serem eficazes, essas estratégias devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade [...]. (2004, p. 61).

O programa traz alguns itens que definem as prioridades e metas a serem alcançadas anualmente, de modo a dar efetividade às estratégias estabelecidas, as quais se pautam em um desenvolvimento que combina as perspectivas social e ambiental, e que levam em consideração as especificidades de cada comunidade e visam promover o envolvimento das pessoas no processo. Os itens são: Direitos e Desenvolvimento Social; Organização Sustentável da Produção; Saúde; Saneamento e Acesso à Água; Educação e Cultura; Apoio à Gestão Territorial; Ações Fundiárias.

Os itens acima fazem parte das estratégias que interligam os ministérios e secretarias participantes, visando ao desenvolvimento de cada um dos territórios e das pessoas que deles fazem parte; objetivo este que ganha particular importância em um país com tantas desigualdades como é o caso do Brasil. A concepção teórica do desenvolvimento sustentável se traduz nas diretrizes do Programa Territórios da Cidadania ao destacar o dever do Estado em criar oportunidades para que as pessoas se tornem agentes de mudança, ao invés de serem meras beneficiárias de políticas assistencialistas.

De acordo com esse raciocínio, o programa vai ao encontro de um dos conceitos de Amartya Sen em sua discussão sobre desenvolvimento: a razão de eficácia, sobre a qual: ao terem “*oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros*” (2000, p.18).

Com base nesta mesma teoria, a qual propõe uma abordagem ampla de desenvolvimento, levando em consideração as liberdades (políticas, econômicas, de acesso à educação, saúde, mercado de trabalho etc) das pessoas e a superação das privações, a que muitas pessoas estão submetidas; foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual mede o desenvolvimento a partir de três critérios: taxa de analfabetismo e matrícula, taxa de longevidade e renda *per capita*.

Vale frisar que o governo brasileiro tem adotado tal índice na reflexão sobre seu próprio desenvolvimento.

3.1 PROGRAMA *TERRITÓRIOS DA CIDADANIA* NA ZONA SUL DO RS

O Programa *Territórios da Cidadania* realiza ações que abrangem vários aspectos, como saúde, educação, acesso a terra e oportunidades de trabalhar nela de maneira justa e sustentável, respeito à diversidade e promoção de várias atividades que visam ao “empoderamento” das pessoas envolvidas. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa abrange vinte e cinco municípios, situados na região sul do Rio Grande do Sul, que são: Chuí, Cristal, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Turuçu, Amaral Ferrador, Arroio Grande, Candiota, Capão do Leão, Aceguá, Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Herval, Hulha Negra, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Piratini, municípios estes que totalizam juntos, 863. 956 habitantes. Além disso, a zona sul do Estado possui 32.160 agricultores familiares, 3.615 famílias assentadas e 36 comunidades quilombolas.

O IDH médio do Rio Grande do Sul é 0,832 e apesar de ser um dos mais altos do país, ele esconde discrepâncias internas que podem ser observadas na diferença entre os índices de cada município. A média dos municípios que compõe o território Zona Sul do RS é de 0,79, valor este que não é considerado tão alto. Este dado contrasta com o IDH do Estado, citado anteriormente.

Na região Sul do Rio Grande do Sul, algumas entidades públicas e até mesmo do terceiro setor, desenvolvem atividades que estão ligadas ao que é proposto por essa política pública. Como exemplo de entidade que tem convênio com o Governo Federal, referente à temática de desenvolvimento territorial e sustentável, neste caso, uma organização não-governamental, temos o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), sobre o qual discorreremos a seguir.

3.2 CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR (CAPA)

Conforme o sítio virtual da entidade em questão, o CAPA é uma organização não-governamental que trabalha na linha de desenvolvimento sustentável, combinando princípios como agroecologia, participação social, economia solidária e inclusão social, sendo que atua desde 1971 no Rio Grande do Sul e desde 1982, na região Sul do Estado. Sua relação com o Programa *Territórios da Cidadania* se dá por meio de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desde a implantação do projeto nesta região.

O CAPA tem como objetivo: “*Desenvolvimento com igualdade e inclusão social*”. Para pôr isso em prática, realiza ações que congregam os seguintes eixos: educação e cultura; cidadania e acesso a direitos; organização social da agricultura familiar e apoio à gestão territorial. Assim, no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul, desenvolve atividades que beneficiam diversos grupos étnicos e culturais, como agricultores familiares, comunidades quilombolas e povos indígenas, assentados da Reforma Agrária, pescadores artesanais, entre outros.

Portanto, verifica-se que o Programa *Territórios da Cidadania* apresenta ações concretas na zona sul do Rio Grande do Sul, pondo em prática os objetivos e assim, fomentando o desenvolvimento sustentável.

4 CONCLUSÃO

Concluimos que são de extrema importância políticas públicas como essa, visto que, promovem uma nova proposta de desenvolvimento, que leva em consideração fatores sociais e ambientais, e não baseia-se meramente na renda. Certamente, ganha o Brasil ao apostar na criação desse tipo de oportunidades; e ganham os brasileiros, pois tornam-se agentes de mudança e transformação, “empoderados” e capacitados. Como nos diz SEN:

A expansão de serviços de saúde, educação, seguridade social, etc. Contribui diretamente para a qualidade de vida e seu florescimento. Há evidências de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade de vida de toda a população. (2000, p.170-171).

Portanto, uma perspectiva pautada em um projeto de desenvolvimento, que prioriza as especificidades territoriais, combinando questões como saúde, educação e valorização das comunidades e das pessoas, a ser implantado por entidades experientes e comprometidas com esta ideia, como é o caso do CAPA, é um passo importante no enfrentamento e superação de obstáculos específicos ao desenvolvimento de nossa sociedade (que abrange realidades tão diversas envolvendo múltiplas identidades: negra, indígena, camponesa etc.), como as desigualdades sociais, formação educacional díspar, formas inadequadas de utilização dos recursos naturais, entre outros.

5 REFERÊNCIAS

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Disponível em: http://www.capa.org.br/uploads/publicacoes/pdtrs_31out2009_LQ.pdf Acesso em: 18/07/2012.

Governo Federal Brasileiro. **Portal da Cidadania**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br> Acesso em: 18/07/2012.